



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Ata n.º 06/2026

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE,
REALIZADA EM 18.03.2026.-----

LOCAL: -----

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende.-----

CONSTITUIÇÃO DO EXECUTIVO: -----

PRESIDENTE: -----

Fernando Silvério Cardoso de Sousa (PSD / CDS/PP);-----

VEREADORES: -----

Jorge Manuel Correia Caetano (PS);-----

Jorge José Pereira Sala Monteiro (PSD/CDS-PP);-----

Vera Mónica Fonseca Cardoso (PS);-----

Carla Sofia Pereira Lacerda José(PSD/CDS-PP);-----

Foi convocado para participar nesta reunião o membro **Manuel Alexandre Monteiro Almeida Bastos** (PS), para substituição do membro **Vera Mónica Fonseca Cardoso** (PS), ausente por período inferior a 30 dias, conforme comunicação apresentada.-----

SECRETARIADO: Assistente Técnico da Divisão Administrativa e de Expediente Geral, Paulo Jorge Vieira Correia.-----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 10h00 quando o senhor Presidente da Câmara, após verificar que a Câmara estava reunida em número legal suficiente para deliberar, declarou aberta a reunião.-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções:-----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; -----

O senhor Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente, foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação (na parte em que não tinha sido previamente aprovada em minuta), tendo sido aprovada unanimidade (os membros **Jorge Manuel Correia Caetano** (PS) e **Manuel Alexandre Monteiro Almeida Bastos** (PS) que não estiveram presente na reunião a que a ata respeita, não participaram na discussão nem na sua deliberação, em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 34 do Código do Procedimento



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Administrativo).-----

B.2. COMPETÊNCIA DELEGADA; -----

Não houve.-----

B.3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Relativamente ao que foi falado na última reunião de Câmara, em relação aos estragos causados pelas intempéries, acho que era pertinente podermos também, em conjunto com vocês, perceber o que é que está levantado, o que é que está avaliado e o que é que foi enviado à Comissão de Coordenação para sinalizar os estragos causados pelas intempéries. Sei que o senhor Presidente disse na Assembleia Municipal, e também disse na última reunião de Câmara, que é um documento aberto. Compreendo perfeitamente isso, mas esse documento aberto pode ser de acesso. Se numa Assembleia Municipal até faz algum sentido essa explicação, nós aqui, na reunião de Câmara, poderíamos trabalhar com um documento aberto e depois, nas próximas reuniões, iríamos incrementando e inserindo os ajustes que fossem necessários fazer. Isto, no fundo, entronca naquilo que era a nossa ideia inicial, quando achávamos que era pertinente, até para dar sinal e para muscular aqui a nossa ação no combate a essas intempéries, fazer um programa que tivesse um regulamento e um prazo para podermos atacar esses problemas. Na altura, na reunião em que o apresentei, achei que foi recebido com alguma receptividade, mas depois, quando houve a reunião da Assembleia, percebi que a nossa proposta mais não serviu para ser algo, não digo gozo, mas a trilogia, a forma tão vazia como foi falado esse nosso plano, foi tão desacreditável por quem, como eu entendo, nem tem competência para analisar um documento daqueles, que percebi, pela forma como vocês na Assembleia transmitiram e encararam esse documento, que não iria ser considerado. Desta forma, acho que vão trabalhar em cima daquilo que foi o vosso levantamento. Nós também queríamos ter acesso a esse levantamento, até porque estamos em igualdade de circunstâncias para percebermos, quando nos abordam na rua, o que é que está em causa para atacarmos estas intempéries. Por isso, a nossa pretensão nisto era mesmo perguntar ao senhor Presidente quando é que se disponibiliza esse documento à vereação, mesmo sendo um documento aberto. Queremos saber o que é que vamos fazer, quando e como, para não ser objeto de uma lógica mais discricionária de "vamos fazer ali ou acolá", na freguesia B ou na freguesia C, e para ter uma lógica mais de missão, como era o que queríamos impactar neste projeto. Por isso, esses eram os pontos que eu gostava que o senhor Presidente pudesse abordar. Depois, queria também perceber qual era o ponto da situação em relação aos dados que têm à data de hoje quanto à Estrada Nacional 222. Sabemos que a população está já um bocadinho angustiada com toda a situação, mas também sabemos que a resolução não é fácil. Reconhecemos que é um problema complicado e que vai requerer tempo, que não é o tempo que a população deseja, mas é o tempo que provavelmente vai ser necessário, porque



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

aquela intervenção vai mobilizar meios e maquinaria que farão com que seja uma obra mais demorada. A nossa preocupação é a forma como devemos comunicar à população o ponto de situação: o tempo que vai ficar fechada, um calendário previsível para o início e para a duração da obra. Também é muito importante, e o senhor Presidente provavelmente já o fez, mas deveria reforçar junto das Infraestruturas de Portugal, transmitir que, ao termos aquela situação na nossa única estrada nacional no concelho, estamos a usar vias municipais, por si só já degradadas, como desvios e alternativa. Gostaria de saber se está contemplado que essas vias, no futuro, vão ser objeto de reparação. Eram essas as duas notas principais que eu tinha em relação às preocupações. Por fim, queria deixar uma nota ao senhor Presidente porque, na última reunião, a Dra. Carla teve o cuidado de dizer que a nossa postura será sempre a de levantar os problemas aqui, convosco, para que haja este espírito de discussão e de correção. Temos um ponto que gostaríamos que o senhor Presidente anotasse, até porque sei que pode fazer algum ruído no futuro, que tem a ver com um parecer da Comissão de Coordenação deste ano, de 16 de janeiro. Este problema é até caricato: levanta-se num município nosso vizinho, governado pelo PS, em Paços de Ferreira. Foi pedido um parecer à Comissão de Coordenação que diz que os membros do gabinete do senhor Presidente da Câmara têm de trabalhar em exclusivo para o gabinete. Em Paços de Ferreira, colocou-se em questão um Presidente de Junta trabalhar como Adjunto. O parecer diz que não pode, que está vedado ter as duas funções. Aquilo que queríamos é que se inteirasse da situação, para não estarmos aqui a cometer uma ilegalidade. Uma vez que foi levantado este problema e existe o esclarecimento, acho que o assunto deveria ser seguido para estarmos mais tranquilos.”.-----

Presidente da Câmara – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Começando pelo início, esta fase das intempéries, e o que foi enviado, é assim: o documento ainda não foi facultado, não é por nenhum motivo especial, é que nós estamos permanentemente a trabalhar nele. Disse que a “nossa proposta não foi valorizada”, valorizamos o que ela traz, e o que nos diz não é nada novo, não é nada que nós já não soubéssemos. Ou seja, calendarizar, dar prioridades, estabelecer quando é que se vai começar, isto já está a ser feito. Nós não estivemos à espera da proposta que vocês apresentaram para dar início aos procedimentos. A proposta contempla aquilo que nós já estamos a fazer. Portanto, não é questão de desvalorizar ou deixar desvalorizar. Também acharam piada ao valor dos 5 milhões, o senhor deputado da Assembleia achou piada, quis fazer ali uma chalaça, só que era o que resulta, efetivamente, do levantamento que foi feito, e não foi por mim, porque, efetivamente, não tenho competências nem aptidões para aquilo. Já ultrapassou, porque é permitido. Agora não. Mas têm vindo, consecutivamente, a apresentar-se ou a surgir novas situações que têm vindo a ser ali elencadas. O que é que nós fizemos, e só para dar conhecimento do procedimento que nós elencamos até agora: o primeiro passo foi fazer o levantamento de todas as situações. Só na questão da Proteção Civil, umas de maior gravidade, outras de menor gravidade, tivemos 300 ocorrências. Dessas, obviamente, não foram todas relacionadas com derrocadas, com queda de muros ou construção de vias, não foram. Mas o grande número, o número substancial delas, foi exatamente provocado por isso. E o que é que aconteceu?



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Nós, num primeiro momento, fomos o primeiro concelho na CIM Tâmega e Sousa a ter um relatório pronto, preparado, devidamente documentado, identificado freguesia a freguesia, e a dizer quais as necessidades que haviam de se efetuar em cada uma das freguesias, com o registo fotográfico da derrocada, para poder ser entregue na CIM e fazer encaminhar aquilo para quem de direito. O passo seguinte foi, diante de todas aquelas situações que nós temos, perceber que há algumas que são mais prioritárias do que outras. Então, o que é que nós fizemos? Já sinalizamos por freguesia, portanto, as intervenções vão abranger todo o concelho. Ou seja, nós pegámos em Barrô, São Martinho de Mouros, Paus, e fizemos a identificação de todas aquelas situações. Os serviços, não fui eu nem nenhum dos presentes, identificaram as situações, portanto, foram os próprios serviços técnicos que se deslocaram ao local, toda aquela equipa que tem como função fazer isso, e sinalizou a vermelho, no relatório, as intervenções que eram necessárias fazer. Depois disso, avançámos para o seguinte, para arranjar qual é o procedimento, e aquele despacho que veio simplificar agora em termos de contratação. Eu tive a oportunidade de dizer isto na última reunião, o senhor não estava, mas quero dizer-lhe o seguinte, não era a atitude que eu esperava, não era aquele comunicado. Porque já houve uma situação parecida, porque o senhor Presidente da Câmara esteve 12 anos a dizer-nos que nós íamos ter a ligação à Ponte da Ermida e afinal não se veio a concretizar. Foi enganado, segundo ele, e aquilo foi encaminhado para uma variante de Elvas ou Évora. E a minha primeira postura, que era fácil de fazê-lo, não foi de apontar o dedo, foi de solidarizar-me com ele, com atitude, compreender e dizer-lhe que, se fosse possível da minha parte, cá estaria. Infelizmente, não foi essa a atitude que eu vi. Porque se estão minimamente atentos, e eu sei que estão, se há alguém que tem feito tudo, tudo, desde contactos com Ministros, com Secretários de Estado, com Deputados, somos nós. Se a estrada fosse municipal nós já lá andávamos, mas infelizmente as coisas não funcionam assim. Digo que não esperava aquele tipo de atitude, aproveitar o momento para fazer ali um aproveitamento político. E eu agora até acho piada, porque ninguém se revê neles. Acho interessante. Isto parece que foi "obra e graça do Espírito Santo". Houve um, e também tenho a oportunidade de dizer porque o desafio foi lançado ao senhor da Assembleia Municipal, para dizer o que é que estavam a querer dizer com "interesses obscuros". Foi um termo que me ofendeu. Digo sinceramente, senhor Vereador, foi um termo que me ofendeu. E não conseguiu explicar; o senhor deputado foi três vezes ao púlpito, mas não deu a resposta. Na reunião de Câmara, com a senhora vereadora Vera Cardoso e com o senhor vereador António Cabral, fiz a mesma questão, todos se afastaram daquilo, também não sabiam. Presumo, não sei se o senhor vereador sabe dizer, a que interesses obscuros é que se estavam a referir quando fizeram aquele comunicado. Porque aquilo, digo-lhe honestamente, ofendeu. A mim pessoalmente ofendeu-me, e a todo o Executivo, porque aqui não há interesses obscuros. Aqui há a maior clareza, há a maior transparência que é possível neste tipo de situação. Não foi um momento fácil. E aquela postura que há, quando estávamos a falar de colaboração, realmente era essa que eu esperava. Acho que para além da relação institucional que temos, o Partido Socialista é um partido fundamental na gestão do nosso município, porque o é, tem uma história muito longa, são 24 anos que está aqui, com coisas boas e coisas más, como todos os



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

outros. O que eu espero é: quando é preciso criticar, critique. Não há problema nisso. Agora, quando estamos numa situação destas, em que nós vemos e não conseguimos encontrar qualquer justificação. Porque é que Resende não foi incluído num estado de calamidade, como aconteceu? Não sei explicar. Não sei dizer. Porque também para mim não deram nenhuma justificação. Agora, o que eu fiz naquele dia em que tive o conhecimento, não estávamos cá, estávamos na BTL em Lisboa, foi manifestar o meu repúdio, a minha desilusão, juntamente com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Cinfães. Estava comigo, ele acompanhou a situação, viu o que tentámos fazer. Não é esperar, mas acho que não é assim, com os comunicados daquele sentido, dos interesses obscuros, porque eu já disse: eu estive quatro anos desse lado e não me recordo de alguma vez ter feito este tipo de acusações baratas, vazias, sem fundamento. Foi uma situação que não me agradou, e eu queria partilhar aqui consigo, uma vez que é o primeiro eleito do Partido Socialista. Isto às vezes, no debate político, as frases podem não ser as mais felizes, ninguém quis atacar o trabalho. Nós tivemos oportunidade de escutar da senhora vereadora Vera Cardoso, no próprio dia, que não foi esse o sentido. Aquelas terminologias, aqueles discursos às vezes um bocadinho mais inflamados, mas não foi para atacar. Relativamente à proposta apresentada, dizer que foi um trabalho bem feito. Eu li, foi um trabalho bem feito, estruturado, bem elaborado. Podem dizer que não o levaram a sério, levámos. A questão do valor que fica afeto às intempéries, de colocar logo aquele montante, é porque não chega, definitivamente não chega para isso. Portanto, sobre o documento, não temos problema nenhum de dizer, logo que possível, onde estamos. Eu posso dizer-lhe que na semana passada é que fechámos, porque havia informações. Nós não conseguimos acudir a todos ao mesmo tempo, tem de haver algum rigor nas prioridades. Mas digo que não houve nenhuma freguesia prejudicada em detrimento de outra. Por exemplo, a freguesia de São Cipriano não tem nenhuma ocorrência; Ovadas e Panchorra têm algumas, mas nada de significativo. Embora todas as outras, Barrô, São Martinho, Paus, Resende, São João de Fontoura, todas elas vão começar o mais breve possível. Algumas já estamos a fazer, nomeadamente a de Barrô, que era aquela que cortava o acesso ao alojamento na Rua de São Pedro, já estará concluída. Aqui é um exemplo das prioridades que nós assumimos. Aquela era uma prioridade. Havia um espaço turístico que não tinha o acesso, estava a ter prejuízo, estava ao nosso alcance e nós atuámos. Relativamente à Nacional 222, acabei de fazer o telefonema e acabei de estar a falar com um engenheiro. Se há alguém a quem aquilo preocupa é a mim, sou de Barrô. Conheço a dificuldade que aquilo causa, não só para o concelho, mas principalmente para as pessoas de Barrô. Nós sempre fomos, pelo menos é o que consta, que Barrô sempre foi esquecida, porque o concelho terminava no Barracão. E sei a angústia que as pessoas sentem. Eu também vivo essa angústia, essa dificuldade. Vou lá várias vezes, estou lá a conversar com eles e a demonstrar-lhes também a minha indignação relativamente à situação. E o que eu posso dizer? Isto é o mais recente porque me foi transmitido agora. Em termos de questões institucionais, é ao mais alto nível. Falta apenas falar com o senhor Presidente da República, que foi o único com quem ainda não falei sobre esta situação. Mas quer o senhor Primeiro-Ministro, porque ele tem conhecimento da situação, uma vez que tem lá familiares, mesmo da parte de baixo onde abateu



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL



o terreno, são primos do senhor Primeiro-Ministro e que também já lhe comunicaram qual era a situação, quer o senhor Ministro Miguel Pinto Luz, também falei pessoalmente com ele a reforçar a necessidade, falei com o Secretário de Estado, trouxe cá uns deputados para fazermos a pressão possível. A informação que tenho é que já fizeram um estudo. A resposta que deram era que o mais difícil ali era fazer o levantamento do estudo de qual era o motivo que estava a causar aquele abatimento. Era em grande escala e envolvia uma área muito grande, e eles ainda não conseguiam saber qual era o motivo do abatimento da via. Ao qual eu respondi que este estudo tem que ser feito é no local, portanto não é nos gabinetes em Lisboa que eles conseguem fazer o estudo. A informação que eles me transmitiram há poucos minutos, antes de entrar era com eles que estava a falar, foi que a equipa dos topógrafos e engenheiros já lá esteve, já fez o levantamento de toda a situação, estão a ultimar o estudo e vão avançar para um procedimento que é conceção/execução. Ou seja, é uma fórmula mais rápida que eles têm de conseguir ultrapassar aquilo. Acabei de tomar nota disso, porque foi o que ele me transmitiu, que é o expediente que eles estão a utilizar para que, de uma forma o mais célere possível, se execute. Também tive a informação isto já me tinha sido transmitido pelo senhor Ministro, mas agora tive o cuidado de confirmar de que a estrada 222 está considerada no topo das prioridades destas estradas que faltam. Portanto, ela está considerada como uma estrada prioritária. Agora o senhor vereador, como deve perceber, é o que me dizem, percebe? Eu estou a transmitir exatamente o que me dizem. Da minha parte, não há dia nenhum em que eu não faça um telefonema, um contacto, me disponibilize para ir lá, a Lisboa ou ao Porto, seja onde for, para que aquela situação seja restabelecida o mais rapidamente possível. Podem ter a certeza que só irei descansar quando isso acontecer. Agora, não está nas nossas mãos. O que eu dizia há bocado era que, realmente, se fosse uma estrada municipal e nós tivemos algumas cortadas e as máquinas não saíram do espaço. Estou a lembrar-me da União das Freguesias de Felgueiras e Feirão, no lugar do Enxertado, que esteve cortada cerca de oito dias e as máquinas não saíram de lá enquanto não estabeleceram a ligação. Ali seria o mesmo que iria acontecer. O que é que eles me informam? Que não podem ir para lá atuar porque o risco é grande sem saber qual é o motivo que está a originar aquele abatimento. Na semana passada estive lá uma equipa com uns drones a fazer o levantamento da área, a fazer perfurações na estrada, a fazer o levantamento de toda aquela situação para tentar resolver aquilo. E o procedimento será o da conceção/execução. Relativamente ao parecer, desconheço sinceramente, não sabia. Porque eu sei que há várias situações, pelo menos até aqui no distrito de Viseu, em que isto acontece. Castro Daire, por exemplo, o senhor Vice-Presidente agora, foi durante muitos anos Presidente de uma Junta de Freguesia e Chefe de Gabinete do senhor Presidente da Câmara. Portanto, não sei se há uma situação como esta. Se for legal, é legal. Se for ilegal, termina-se com a ilegalidade.”

Neste ponto, e relativamente ao parecer, o senhor Diretor de Departamento da Administração Geral, Dr. António Pinto, esclareceu que o que estava em causa no referido parecer era o impedimento de um Presidente de Junta ser membro do Gabinete de Apoio à Presidência, caso exerça o mandato em regime de meio-tempo ou de permanência. Contudo, se for Presidente em



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

regime de não permanência, esta não é considerada uma atividade profissional, sendo, por isso, permitida a acumulação de funções.-----

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Senhor Presidente, compreendo que diz que, quando se atira a pedra, depois já se está a esconder a mão, é uma questão da política. A política não é fértil nestas coisas. Há uma coisa que eu digo: eu nunca farei aquilo de que não gostei que me fizessem a mim no passado. Por isso, nunca farei a quem está a exercer cargos como o seu aquilo que eu achava que era horrível em relação à minha pessoa no passado. Por isso, terei sempre essa consideração. O debate político vamos tê-lo sempre, muitas vezes, permanentemente. Vamos estar mais vezes, provavelmente, em desacordo do que em acordo, mas faz parte, como diz. Mas as regras foram definidas por nós, no início, que são regras de respeito, em primeiro lugar, respeito pessoal. Porque eu nunca ponho em causa a seriedade de nenhuma das pessoas que se sentam nesta mesa, nunca o farei. Por isso, esse ponto, para mim, está completamente ultrapassado. Percebo a questão dos comunicados, para mim é uma pedra que se põe no assunto. Eles vão continuar a surgir de um lado e do outro. Eu não sou líder político do concelho, já o fui, mas não sou. Não tenho responsabilidade na gestão daquilo que são as comunicações políticas, mas também fiz chegar a quem de direito que há termos que só podem ser usados quando tiverem factos sólidos para serem usados. Se esses termos são usados, não podem sê-lo de uma forma leviana. Por isso, para mim, é um assunto encerrado. Mas este debate político vai continuar aqui e dizer que, em relação à notícia que nos deram da EN 222, conceção/execução, percebe-se, até porque se déssemos às infraestruturas de Portugal a responsabilidade de avançarem com um projeto para aquilo, para depois terem a solução técnica e depois darem ao empreiteiro a solução da empreitada, aí tínhamos uma desgraça. Conceção/execução responsabiliza logo o empreiteiro, por isso a solução é muito mais rápida e é uma boa decisão. E era aquilo que eu dizia anteriormente: eu tenho consciência absoluta de que nós vamos ter ali muitos meses pela frente daquela estrada e, portanto, não vale a pena estarmos aqui a achar que aquilo vai ser resolvido no próximo mês. Por isso, aquilo que eu pedia é que, ao nível daquilo que são as alternativas, tivéssemos o cuidado de as estradas estarem minimamente em condições de segurança, reforçar, se for possível, no caso, não sei, mas reforçar aquilo que são os desvios e a sinalética para quem anda aqui a circular nesta “corda”, perceber como é que podem ser feitos, porque quem lá mora sabe mais ou menos por onde tem que trilhar. A quem não é de cá, se calhar, ajudava muito melhorar ali ao nível da sinalética, porque vamos ter vários meses pela frente com aquela situação. E aquilo que eu também lhes solicitava, se me desse essa nota, é que o comunicassem à população. Nenhum de nós é responsável por aquilo ter acontecido. Nenhum de nós é responsável por aquilo estar assim e pelo tempo que aquilo vai durar, mas é importante informar a população, que são os primeiros a sentir no dia a dia aquela situação. Depois, não sei se já têm isso pensado, há ali alternativas diferentes, as pessoas já se estão a adaptar àquela situação. Não sei se, ao nível dos transportes públicos, têm alguma ideia já para ter ali alguma solução para fazer com que aquela gente consiga, não digo diariamente, mas ter ali alguma possibilidade de vir à vila com alguma regularidade.”-----



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Presidente da Câmara – Concordou com a realização da comunicação à população, entendendo, no entanto, que a mesma só deverá ser efetuada após a obtenção de dados concretos. No que concerne às vias alternativas, esclareceu ter sido uma das preocupações do Executivo manter as mesmas em perfeitas condições de circulação. Referiu ainda que, assim que houvesse novas informações, as transmitiria a todos os senhores vereadores.

Carla Sofia Pereira Lacerda José(PSD/CDS-PP) – Convidou os senhores vereadores da bancada do Partido Socialista, presentes, para participarem na atividade no Penedo de São João, que contará com a presença do Senhor Secretário de Estado das Florestas e de diversas entidades do concelho. Alargou o convite ao evento 'Mercadinho da Páscoa', a decorrer no Jardim 25 de Abril, bem como às festividades da 'Festa das Cavacas' e do 'Festival da Cereja'.

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”:

Os assuntos constantes da “Ordem do Dia” para a presente reunião foram distribuídos a todos os membros com a devida antecedência.

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo assuntos para conhecimento do executivo:

- Resumo Diário da Tesouraria nº 49, datado de 12 de março de 2026;
- UFFelgueiras_Feirão_Pedido Equipamento Móvel - VII Mostra Produtos - CR_1407/2026;
- Despacho Nº 13/2026 - CR_2354/2026;
- Despacho Nº 14/2026 - CR_2355/2026 ;
- UFOvadas_Panchorra_Pedido Poda Árvores - CR_2040/2026;
- JFSJFontoura_Pedido Cedência Equipamento - CR_1748/2026;
- UFFelgueiras_Feirão_Pedido de Poda Árvores - Feirão - CR_12417/2025;
- UFFreigil_Miomães_Pedido Intervenção - Poda Árvores - CR_1126/2026;
- Máquina Limpeza Via Pública - CR_717/2026;
- UFAnreade_S.Romão_Pedido Poda de Árvores - CR_616/2026;
- JFCárquere_Pedido Poda de Árvores - Mosteiro Cárquere - CR_607/2026;
- Mapa 1 - Celebração de Contratos de Avença/tarefa 2026 - DGF-APR-lf_17/2026;
- Quotas Mensais 2026 - CR_2453/2026;

Não se verificaram quaisquer intervenções.

Tomado conhecimento.

C.2. PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – INSTALAÇÃO Nº 2168:

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, o pagamento em 4 prestações mensais iguais e sucessivas da dívida de água da instalação nº 2168, referente ao mês de janeiro, no valor de 385,41€.



CÂMARA MUNICIPAL

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.3. PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – INSTALAÇÃO Nº 4476:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a correção do valor da tarifa de saneamento com base nos consumos médios bem como o pagamento em 6 prestações mensais iguais e sucessivas da dívida de água da instalação nº 4476, referente ao mês de setembro/2025, no valor de 596,32€.

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.4. CAMINHADA COMEMORATIVA DO DIA DA MULHER – PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara.

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jorge Manuel Correia Caetano (PS) – Manifestou a intenção de voto favorável, referindo que, no que concerne aos assuntos presentes à reunião do Executivo para ratificação, e em sintonia com a posição anteriormente defendida pelo senhor Presidente da Câmara enquanto vereador da oposição, tais assuntos deveriam ser acautelados atempadamente. Referiu ainda que, relativamente ao evento em questão, este foi divulgado com bastante antecedência, podendo ter sido apreciado e votado em reunião anterior do Executivo. Por fim, solicitou que se evite a utilização da figura da "ratificação".-----

Presidente da Câmara –Manifestou concordância, dizendo que o atual Executivo iria tentar evitar a "ratificação" de pedidos. Deu nota de que, relativamente ao evento em apreciação, Caminhada Comemorativa do Dia da Mulher, o Executivo deparou-se com a incerteza do número de inscrições..--

Carla Sofia Pereira Lacerda José(PSD/CDS-PP) – Reforçou o proferido pelo senhor Presidente da Câmara, realçando o facto de, neste momento, a população poder proceder à inscrição através de uma plataforma e não apenas presencialmente, nos serviços municipais.

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, ratificar.-----

C.5. ASSOCIAÇÃO DA BANDA DE MUSICA DA CASA DO POVO DE SÃO CIPRIANO – A VELHA – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a cedência gratuita do Centro Cultural de São Cipriano e do Centro Escolar de São Cipriano, para a realização de um concerto nos dias 2 a 4 de abril e de um lanche convívio nos dias 29 de março e 4 de abril.

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.6. COMISSÃO DE FESTAS DE Nº SRª DO SOCORRO – FREIGIL – CEDÊNCIA PAVILHÃO



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

MUNICIPAL DE FREIGIL – ANGARIAÇÃO DE FUNDOS:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a cedência gratuita do Pavilhão Municipal de Freigil, nos dias 21 e 22 do corrente mês e ano, para a realização do almoço de angariação de fundos a favor da Comissão de Festas.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.7. INÍCIO DE PROCEDIMENTO – ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente da Câmara.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.8. ADT FERTILIZANTES, S.A. – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO MUNICIPAL:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a cedência gratuita do Auditório Municipal, no dia 20 de março, para a realização de uma reunião técnica dirigida aos agricultores do concelho.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.9. COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (CCDR'N) – POLO DE CINFÃES – CEDÊNCIA DE SALA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, a cedência gratuita de uma sala para a realização de uma prova de conhecimentos para renovação do cartão de aplicador de produtos fitofarmacêuticos a agricultores do concelho de Resende.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, ratificar.-----

C.10. BANDA MUSICAL DE SÃO CIPRIANO "A NOVA" - AUDITÓRIO CENTRO CULTURAL DE SÃO CIPRIANO:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a cedência gratuita do Auditório Centro Cultural de São Cipriano, recursos humanos e de diverso material, no dia 28 de março, para o evento de audição da Escola de Música.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.11. MATILHA 4660 ASSOCIAÇÃO – PEDIDO ESPAÇO – SEDE:-----



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a cedência de espaço para instalação de sede da Associação. O senhor Presidente da Câmara propôs a cedência do Loja N.º 1 do Fórum Municipal.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.12. UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OVADAS E PANCHORRA – FEIRA DO RODO 2026 – PEDIDO APOIO FINANCEIRO:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remeter à Assembleia Municipal, um pedido de apoio financeiro, no montante de 6.000,00€, para a realização do evento "Feira do Rodo 2026", a realizar no dia 3 de Maio do corrente ano.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.-----

C.13. ASSOCIAÇÃO 2000 DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO – CANDIDATURA PROGRAMA PESSOA 2030 – TIPOLOGIA 3.01 – QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE – EMISSÃO DE PARECER:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a emissão de parecer favorável, nos termos da informação dos serviços.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.14. PORTAS P'RA VIDA – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE DO AGRUPAMENTO DE CONCELHOS DO VALE DO DOURO-SUL – PEDIDO DE TRANSPORTE:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a cedência de transporte gratuito, dos utentes da Associação, ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro e respetivo regresso, no dia 20 de março do corrente ano.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.15. CLUBE DESPORTIVO E RECREATIVO JUVENTUDE DE ANREADE – PEDIDO DE CEDÊNCIA SALA PAVILHÃO MUNICIPAL DE ANREADE:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, a cedência gratuita da sala de atividades do Pavilhão Municipal de Anreade, para a realização do evento "noite da francesinha", realizado no passado dia 14.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, ratificar.-----



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

C.16. COMISSÃO DE FESTAS DE Nº SRª DO SOCORRO – FREIGIL – CEDÊNCIA PAVILHÃO MUNICIPAL DE FREIGIL – ANGARIAÇÃO DE FUNDOS:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a isenção do pagamento de taxa pela utilização do Pavilhão Municipal de Freigil, nos dias 15 e 16 do corrente mês e ano, para a realização de um torneio de sueca.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.17. REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE RESENDE – ARTIGO 9.º – CASOS OMISSOS – PROPOSTA:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a proposta de reembolso das despesas suportadas pelos bombeiros em material escolar, por cada filho ou enteado, durante a escolaridade obrigatória, mediante a apresentação de cópia da fatura comprovativa da despesa, emitida em data correspondente ao respetivo ano letivo e até ao montante de 20€.-----

O senhor vereador **Jorge José Pereira Sala Monteiro** (PSDS-CDS/PP), declarou-se impedido, pelo que não participou na sua discussão e votação.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.18. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE RESENDE – PEDIDO DE TRANSPORTE:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a cedência gratuita de transporte de dois professores e treze alunos, para a participação na I Jornada de Saúde e Termalismo, Peso da Régua, no dia 18 do corrente mês e ano.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.19. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE RESENDE – PEDIDO DE TRANSPORTE:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a isenção do pagamento de taxas da cedência de transporte de professores e alunos à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, para participação nas Olimpíadas da Química, nos dias 14 e 18 do corrente mês e ano.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.20. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE RESENDE – VIAGEM DE ESTUDO – PEDIDO APOIO FINANCEIRO:-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de apoio financeiro para a realização de uma visita de estudo dos alunos do ensino secundário à Costa Atlântica de França, no



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

âmbito da disciplina de E. M. R. Católica, a realizar nos dias 6 a 12 de abril do corrente ano. A senhora Vereadora do Pelouro propôs a atribuição de um apoio financeiro no montante de 4.000,00€.

Não se verificaram quaisquer intervenções.

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.

C.21. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE RESENDE – APOIO FINANCEIRO – MINUTA DE ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO:

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a minuta de adenda ao protocolo de colaboração celebrado entre o Município de Resende e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Resende em 24.01.2024.

O senhor vereador **Jorge José Pereira Sala Monteiro** (PSDS-CDS/PP), declarou-se impedido, pelo que não participou na sua discussão e votação.

Não se verificaram quaisquer intervenções.

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, o que foi aprovado por unanimidade, e deu por encerrada a reunião, eram 10h50.

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental IportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Câmara Municipal, subpasta Ano 2026.

Dr. Fernando Silverio Cardoso de Sousa
Presidente da Câmara Municipal

Paulo Jorge Vieira Correia
Assistente Técnico